

Tribunal de Justiça do Estado do
Piauí

*Proposta de palestra:
"Administração Judicial
Aplicada"*

17 de julho de 2019

1. APRESENTAÇÃO

É uma satisfação apresentar proposta de palestra, na forma de exposição dialogada, intitulada “Administração Judicial Aplicada” ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI).

2. EMENTA

1- Problemas na Administração da Justiça; 2- A Justiça Estadual e o TJPI no contexto da Justiça brasileira; 3- Administração Judicial eficiente; 4- Implantação e Operação do Modelo de Gestão Judicial.

3. JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos, o Poder Judiciário acordou para a necessidade de melhorar seus métodos gerenciais de processos. O sistema judicial começa a ser objeto de análise e recomendações que pretendem explorar nova dimensão gestonária, considerando-se que o déficit de organização, gestão e planejamento, em geral, são responsáveis por grande parte da ineficiência e ineficácia do seu desempenho funcional. Parte da solução para o problema da morosidade judicial passa pela introdução de medidas que visem à alteração de métodos de trabalho, uma melhor e mais eficaz gestão de recursos (humanos, materiais e dos processos) e maior articulação dos tribunais com os serviços complementares da justiça. As reformas que visam ao reforço da capacidade de organização e gestão do sistema de justiça tornaram-se, assim, apostas centrais das agendas de reforma em muitos países. Nos últimos anos, o debate evoluiu para a reflexão sobre como implementar no Judiciário os novos conceitos de qualidade total e/ou de excelência.¹

A par disso, é importante contextualizar a atuação do TJPI em comparação com os demais tribunais brasileiros, como forma de analisar o que pode ser feito para aprimorar os serviços judiciais. A análise, portanto, não se restringe ao âmbito interno do tribunal, embora seja de extrema relevância o enfoque nas unidades judiciárias que o compõem. Nesse aspecto, as unidades

¹ SANTOS, Boaventura de Sousa *et alli*. *A gestão dos tribunais: um olhar sobre a experiência das comarcas piloto*. Coimbra: Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, 2010, p. 57.

judiciárias apresentam grande variação de desempenho na condução de seus processos. A liderança do magistrado, a implantação de boas práticas e a competência em gestão de pessoas e processos, entre outros fatores, parecem ter influência considerável neste desempenho. A palestra “Administração Judicial Aplicada” para magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí pretende contribuir para que as práticas administrativas que se originaram no setor privado nas últimas duas décadas e que vêm sendo lentamente incorporadas na governança pública possam ser traduzidas para as unidades judiciárias. Assim, elas estarão mais preparadas para enfrentar os grandes desafios do Poder Judiciário brasileiro.

4. PÚBLICO ALVO

- Desembargadores, Juízes de Direito e servidores das 1ª e 2ª instâncias.

5. OBJETIVO GERAL

Conscientizar Magistrados e servidores do TJPI sobre os problemas existentes no sistema de justiça brasileiro e como se coloca o tribunal neste contexto. Também é objetivo apresentar propostas para superar os problemas e mostrar como se implanta e funciona um modelo de gestão judicial aplicado em unidade judiciária.

6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao final do curso, os participantes terão desenvolvido as capacidades abaixo, observáveis no exercício profissional. As capacidades foram divididas em saber (nível cognitivo intelectual, concernente ao conhecimento, teorias, métodos), saber-fazer (nível técnico-instrumental, concernente ao domínio dos gestos, movimentos, modo de operar, por em prática o conhecimento) e saber-ser (nível social, concernente ao domínio dos comportamentos e atitudes).

SABER (conhecimento)

- 1- Compreender o funcionamento do sistema de justiça brasileiro;
- 2- Entender o contexto em que se insere o TJPI no sistema de justiça brasileiro;
- 3- Conhecer os elementos estruturantes do modelo de gestão;
- 4- Assimilar o conceito de melhoria contínua.

SABER-FAZER (técnica)

- 5- Identificar e analisar os problemas na administração das unidades judiciárias vinculadas ao TJPI;
- 6- Implantar e operar um modelo de gestão judicial na unidade judiciária.

SABER-SER (relação a outro)

- 7- Reconhecer situações para melhoria contínua.

7. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1- Problemas na administração da Justiça;
- 2- Custo do Judiciário;
- 3- O TJPI no contexto do sistema de justiça nacional;
- 4- Obstáculos ao bom funcionamento: ensino jurídico, independência judicial, falta de administradores profissionais e legislação;
- 5- Soluções para o bom funcionamento;
- 6- Relato de uma experiência;
- 7- Implantação do modelo de gestão;
- 8- Estrutura e Ciclo PDCA;
- 9- Melhoria contínua;
- 10- Ritual de gestão;
- 11- Rotinas, projetos, indicadores e metas;
- 12- Gestão de pessoas: o modelo CHA, competência x consciência, liderança e motivação.

8. CARGA HORÁRIA E DATA

A Palestra terá duração de 3 horas. Será realizada na manhã do dia 20/9/19.

9. MODALIDADE

Presencial.

10. INVESTIMENTO

O investimento total é de R\$7.500,00, que compreende três-horas aula.

11. INCLUSÕES DE ESCOPO

No valor do investimento estão incluídas todas as taxas e impostos incidentes sobre o valor cobrado, assim como passagens aéreas, hospedagem, alimentação, traslados e deslocamento do palestrante até o local do evento.

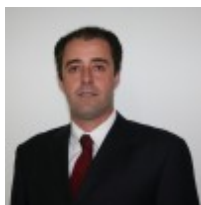
12. EXCLUSÕES DE ESCOPO

No valor do investimento não estão incluídas as despesas com *coffee-break*, local, infraestrutura e equipamentos para a palestra.

13. PALESTRANTE

Carlos Henrique Borlido Haddad

Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG (1995), mestrado (1999) e doutorado (2003) em Ciências Penais pela mesma universidade. É pós-doutor pela Universidade de Michigan, Estados Unidos. Atualmente é Juiz Federal - Justiça Federal Seção Judiciária de Minas Gerais - e Professor Adjunto da Faculdade de Direito da UFMG, onde também atua como Diretor da Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas. Tem experiência na área de Administração da Justiça, além de atuar na Formação de Juízes, certificado pela *École Nationale de la Magistrature*, França.



14. ESCLARECIMENTOS E CONTATO

Estou à disposição para esclarecimentos ou detalhamento complementar de qualquer questão que se faça necessária e, antecipadamente, agradeço a oportunidade.

Cordialmente,



Carlos Haddad
carlos.haddad@trf1.jus.br
(31) 99976-1170